

A INCLUSÃO QUE EXCLUI: A REALIDADE DOS ALUNOS SURDOS DA REDE REGULAR DE ENSINO

Fabiana José da Silva¹
Lilian Cristina Tissi Czanoski²
Mariana Nascimento Rico Dantas³
Mônica Cristiane David⁴

RESUMO

Devido à demanda existente de alunos em instituições de ensino que apresentam necessidades especiais educacionais, em específico, nesta pesquisa, aluno com deficiência auditiva, esse artigo tem como propósito evidenciar como ocorre o processo de ensino e aprendizagem dos alunos surdos em escolas regulares de ensino e verificar a existência ou não de um ambiente de inclusão. A inserção dos alunos com necessidades especiais educacionais, exclusivamente com alunos surdos, emancipou-se a partir do advento da Lei de LIBRAS 10.436 de 24 de abril de 2004, que garantiu a presença de um intérprete de LIBRAS, no ambiente escolar. Porém, a maior dificuldade percebida é como acontece o processo de inclusão do aluno e seu processo de aprendizagem. Para tanto, buscou-se escolas que tinham alunos matriculados em ensino regular. Obstante a essa situação e as dificuldades pelas pesquisadoras em encontrar instituições que permitissem a pesquisa, a investigação ocorreu, somente, na Escola “FH” do Município de Curitiba, com um aluno do Ensino Fundamental I. A pesquisa reportou-se primeiramente em referências teóricas, utilizando autores principais como: Lacerda (2000), Souza (2008), Pfeifer (2015), Góez (2006; 2015). Na sequência optou-se pela pesquisa de abordagem Foi realizada por meio de abordagem qualitativa e estudo de caso. Participaram dessa pesquisa uma aluna surda, professores e intérprete, tendo como instrumentos de avaliação questionários e observações in loco.

PALAVRAS – CHAVE: Inclusão - aluno surdo- professor- intérprete – escola regular

ABSTRACT

Due to the demand of students in educational institutions with special educational needs in particular, in this research, students with hearing impairment, this article aims to show how is the teaching and learning process of deaf students in regular schools of education and ascertain whether or not an inclusive environment. The inclusion of students with special educational needs exclusively with deaf students, emancipated from the advent of POUNDS Law 10.436 of April 24, 2004, which guaranteed the presence of a POUNDS

¹ Concluinte do Curso de Pedagogia das Faculdades OPET. Email: fabijs1980@gmail.com

² Concluinte do Curso de Pedagogia das Faculdades OPET. Email: lctissi88@hotmail.com

³ Concluinte do Curso de Pedagogia das Faculdades OPET. Email: marianarico6@hotmail.com

⁴ Mestre em Educação. Professora no Curso de Pedagogia das Faculdades OPET

interpreter in the school environment. But the biggest perceived difficulty is how does the process of inclusion of students and their learning process. Therefore, we sought to schools that had students enrolled in regular education. Regardless of the situation and the difficulties researchers in finding institutions that would allow research, research occurred only in School "FH" the city of Curitiba, with an elementary school student I. The first research is reported in theoretical references using principal authors as Lacerda (2000), Souza (2008), Pfeifer (2015), goez (2006; 2015). Following opted for the approach of research was conducted through qualitative approach and case study. Participated in this study a deaf student, teacher and performer, with the questionnaires assessment tools and on-site observations

KEY WORDS: Inclusion - student surdo- teacher- interpreter - regular school

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como tema: “A inclusão que exclui: a realidade dos alunos surdos na rede regular de ensino”, tema este, eleito após diversas observações realizadas ao longo da carreira acadêmica das pesquisadoras, observando-se a problemática da real função do professor como agente inclusor.

O objetivo geral desta pesquisa foi compreender o processo de inclusão de alunos surdos na rede regular de ensino e, foram designados os seguintes objetivos específicos: compreender as contribuições do relacionamento intérprete X professor X aluno; relacionar o processo de ensino e aprendizagem de alunos surdos e ouvintes e identificar o processo de inclusão e/ ou exclusão do aluno surdo.

A partir da Promulgação da Lei de LIBRAS 10.436 de 24 de abril de 2004, a necessidade de um intérprete na escola para o aluno surdo teve seu direito adquirid porém, a presença do mesmo não garante a inclusão total desse aluno pelo fato de, ainda, viver deslocado dentro de uma sala, onde a língua majoritária (portuguesa) ainda impera.

Além disso, de acordo com Lacerda (2000), não basta que se almeje a inclusão; toda escola e comunidade escolar devem estar envolvidas nesse processo; metodologia, currículo e práticas acadêmicas devem ser adaptáveis, afinal educação se faz para os alunos, respeitando suas especificidades e limites.

Como método de pesquisa foi eleito o estudo de caso que, conforme Yin (2001) é uma estratégia de pesquisa que compreende um método que abrange tudo em abordagens específicas de coletas e análise de dados.

O SURDO E SUA TRAJETÓRIA NA EDUCAÇÃO

Sendo a educação um direito de todo cidadão, previsto inclusive na Constituição, subentende-se que todo e qualquer indivíduo deve ter acesso à escolarização básica de qualidade, independentemente de suas necessidades, condições e limitações. Sendo assim, a educação destinada a todos deverá contemplar os alunos bem como a metodologia e o currículo, devem ser adaptados em conformidade às especificidades do aluno e, não o contrário.

Na Antiguidade os surdos, assim como pessoas com outras deficiências, eram excluídos da sociedade e não tinham acesso à educação, somente os nascidos na burguesia recebiam algum tipo de educação formal para aquisição da fala.

Com isso, instituiu-se que todas as escolas de surdos deveriam usar o método conhecido como oralismo como prática educativa, que “tem como pressuposto a aprendizagem da fala por meio de técnicas específicas de reabilitação, como o treinamento auditivo, o desenvolvimento da fala e a leitura labial” (DORZIAT, 1997 apud SCHEMBERG, 2011, p. 13). Porém, com o uso do oralismo notou-se que o fracasso educacional dos alunos surdos aumentou de maneira alarmante, instigando mais estudos acerca da Língua de Sinais. Dentre estudiosos importantes da época destaca-se William Stokoe, que na década de 60 estudou a fundo a ASL (Língua de Sinais Americana) e a partir de seus estudos surge uma nova filosofia educacional: a Comunicação Total.

Com todos esses entraves, novos estudos propuseram a prática do bilinguismo como proposta educacional, este pressupõe o uso de duas línguas (LS e língua oficial do país), porém de forma não simultânea.

Sobre o bilinguismo, Goldfeld (apud SCHEMBERG, 2011, p.16) cita que:

Essa corrente parte de uma concepção socioantropológica da surdez em que o surdo não é percebido por sua deficiência, mas por sua diferença – que se constitui pelo uso da Língua de Sinais, que é visuogestual – e por ter sua própria cultura [...].

Ressalta-se ainda que no bilinguismo não esteja presente a visão patológica da surdez, ou seja, a surdez como doença que precisa ser curada e normalizada, sendo assim o uso da língua de sinais é preconizado.

O bilinguismo ainda está longe para ocorrer, visto que uma escola bilíngue é aquela onde a comunicação ocorre nas duas línguas, mas no caso do aluno surdo a inclusão se dá com a presença do intérprete, e para que ocorra e flua plenamente o ensino das duas línguas deveriam fazer parte da grade curricular. A prática bilíngue ocorre somente em instituições de ensino para surdos.

Atualmente há leis que regulamentam a inclusão do aluno surdo na rede regular de ensino, bem como reconhecem a LIBRAS como língua materna ou primeira língua do sujeito surdo.

No passado a língua de sinais não era reconhecida como língua, pois não havia comprovação de sua estrutura linguística. Somente através da Lei nº 10.436 de 2002 a LIBRAS é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão e vista como uma:

(...) forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual motora, com estrutura gramatical própria constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL,2002).

Através de considerações feitas sobre a educação de sujeitos surdos no Brasil e no mundo, entendeu-se que as mudanças ocorridas trouxeram benefícios aos envolvidos, mas ainda não suprem todas as carências dessa modalidade educativa, havendo ainda um longo caminho a ser percorrido, pois uma das maiores dificuldades está na aceitação de si próprio e do outro como sujeito único.

Segundo Basilier (1993, apud STROBEL, 2013, p. 81), discorre sobre a aceitação do surdo como sujeito integral, diz que:

quando aceito a língua de outra pessoa, eu aceitei a pessoa... A língua é parte de nós mesmos. Quando aceito a língua de sinais, eu aceito o surdo, e é importante ter sempre em mente que o

surdo tem direito de ser surdo. Nós não devemos mudá-los; devemos ensiná-los, ajudá-los, mas temos que permitir-lhes ser surdos...

Desta forma compreende-se que a falta de conhecimento acerca do surdo, de sua língua e sua cultura se torna a principal causa do preconceito contra o sujeito surdo e, por consequência sua exclusão social e educacional.

Observa-se, porém que esta inclusão deu-se sem que houvesse real preparo dos envolvidos no processo; alunos com necessidades especiais estavam, de repente, em uma sala de aula cheia de alunos ditos “normais”, sentindo-se diferentes e por essa diferença muitas vezes isolando-se dos demais. A falta de preparo psicológico desses alunos é um grande fator excludente, visto que, por vezes, os mesmos excluem-se, preferindo interagir somente com seus ‘iguais’, com medo e receio do diferente.

Os demais alunos da turma e da escola, muitas vezes, não são comunicados que receberão um colega ‘diferente’, que este, porém é igual a todos em suas necessidades sociais, que este também gostará de ter amigos e de participar dos trabalhos em equipe. Cabe a escola essa preparação para que qualquer tipo de preconceito seja evitado e também, caso ocorra, deverá ser sanado.

No Decreto nº 5.626, no cap. VI, art. 22 a lei 10.436 garante o direito a educação da pessoa surda ou com deficiência auditiva, seja na rede pública ou privada de ensino, garantindo ainda a presença de intérprete para as aulas, desde a educação infantil até o ensino superior. Porém, reserva à família o direito de optar pelo português como primeira língua.

A Lei 12. 319 de 1º de setembro de 2010 que regulamenta a profissão do Tradutor do intérprete de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e estabelece formação para atuação na área pelo exame de proficiência. Buscando ampliar profissionais na área.

A mais recente lei instituída no campo da inclusão data de 06 de julho de 2015, trata-se da Lei nº 13.146, que institui em seu Capítulo I, artigo 1º:

a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à inclusão social e cidadania. (BRASIL, 2015, p.1)

Observa-se que a lei destina-se a assegurar e promover o exercício dos direitos da pessoa com deficiência, em condições de igualdade, reforçando assim as outras leis já existentes que visam à promoção desse direito nato de todo ser humano.

A inclusão do aluno surdo na rede regular de ensino deve ser acompanhada e mediada por um intérprete de LIBRAS; porém, somente a presença do intérprete não garante a real inclusão deste aluno; este não é um processo fácil, necessita que escola e professor estejam amplamente preparados para que a inclusão aconteça efetivamente. E, na maioria das vezes, o professor da classe não conhece a língua de sinais e isso dificulta a interação do aluno, pois o intérprete tem como papel principal interpretar, desse modo à responsabilidade de ensinar passa a ser exclusiva do professor e quando o aluno surdo não vê no professor essa interação acaba desmotivado e sente-se desvalorizado.

Segundo Lacerda (2000) para que haja real inclusão, metodologia, currículo e práticas acadêmicas devem ser adaptáveis, afinal educação se faz para os alunos, respeitando suas especificidades e limites.

De acordo com Mc Clery (2003, p.34):

(...) quando o surdo diz “eu tenho orgulho de ser surdo” ele choca e confunde o ouvinte. O ouvinte não gosta de ouvir isso, porque começa a colocar em questão a certeza que o ouvinte tem sobre o mundo. Ele não pode mais achar que o surdo é um “coitado”, porque um coitado não tem orgulho de si mesmo. O ouvinte fica com medo. O mundo do ouvinte começa a ficar menos seguro, mais complexo. O ouvinte não tem explicação para o orgulho de o surdo ser surdo? Para o ouvinte, é um absurdo. É um paradoxo.

Através desta citação podemos perceber que o fato do surdo orgulhar-se de ser ele mesmo, de sua identidade e cultura ainda é mal visto pelos olhos da sociedade em geral. Após anos de segregação educacional e social esse sujeito se vê inserido em uma sociedade majoritariamente ouvinte e que considera a deficiência auditiva (e demais deficiências) como objeto de pena e

discriminação; atitudes, não propostas e leis, devem ser tomadas para que o surdo seja valorizado pelo seu ser integral e não visto como apenas mais um peso, um incapacitado pela sociedade.

METODOLOGIA

A presente pesquisa foi realizada através de estudo de caso numa escola particular regular da cidade de Curitiba- PR com um aluno do 3º ano do ensino fundamental ciclo I. O estudo de caso, nesta pesquisa é importante porque possibilitou a “compreensão e planejamento da intervenção, destacando-se pela possibilidade de integração de diferentes técnicas e campos do conhecimento.” (PEREIRA *et al*, 2009)

Para auxiliar nesta pesquisa foram aplicados questionários para 20 professores que atuam ou já atuaram com alunos surdos na rede pública e privada de ensino regular; além disso, foram realizadas quatro observações na escola particular a fim de acompanhar o processo de inclusão do aluno, foco deste estudo de caso.

Quanto às observações é válido lembrar aqui o descontentamento das pesquisadoras na obtenção de informações pelos órgãos públicos procurados bem como a burocracia extrema que impede, por vezes, que pesquisas como esta sejam realizadas na rede pública.

A realização desta pesquisa deu-se após diversas tentativas das pesquisadoras junto a escola, que com muitas exigências, oportunizou a realização da mesma.

Para tanto, elegeu-se um aluno da Escola FH (nome fictício) que apresenta surdez de grau severo profundo. Para compreender o seu processo de aprendizagem, foram realizadas quatro observações, pelas alunas, em dias alternados. Nesse trabalho utilizou-se a sigla “AS” para se referir ao aluno observado, o qual tem como significado “Aluno dos Sonhos”, tamanha foi a dificuldade em encontrar um aluno para a pesquisa, que por fim decidiu-se por essa sigla.

RESULTADO DA ANÁLISE DE DADOS E OBSERVAÇÕES

Para a realização dos resultados, as pesquisadoras realizaram um tabulamento de dados para as perguntas fechadas e categorizaram as abertas.

Primeiramente realizou-se o questionário, entregando para 20 profissionais e retornaram 14. Portanto, a análise referiu-se nas respostas de 14 profissionais.

Iniciou-se o questionário perguntando sobre o nível de escolarização dos professores. Todos os entrevistados explicitaram que são graduados para atuar na área da educação, porém, pontuaram que há grandes lacunas nesse processo de inclusão do aluno surdo no ensino regular pela falta de conhecimento em como trabalhar com o aluno surdo e, também pela dificuldade de comunicação entre eles e os alunos surdos, por falta de conhecimento da LIBRAS. Confirmando que o desconhecimento da língua gera a primeira barreira.

Também, os professores, pontuaram que lugar de aluno surdo é na escola especial. Essa afirmativa é evidente nas ações em sala de aula, devido ao afastamento e conhecimento que os profissionais apresentam em suas metodologias.

Desta forma, observou-se que a prática ainda está contra a teoria e a Lei nº 10.436 de 2002 e o Decreto nº 5.626 de 2005, que pontuam tudo que foi citado pelos profissionais que, apesar de declararem os conhecerem ainda não conseguem por si próprios fazê-los cumprir.

A turma conta com 20 alunos, uma professora e a intérprete de LIBRAS. Nesta sala os alunos são distribuídos em quatro mesas. O “AS” fica em uma mesa separada das outras, localizada do lado esquerdo juntamente com sua intérprete. Neste dia foi notável o isolamento do aluno “AS”, pois os outros alunos não comunicam - se de nenhuma forma com o mesmo. As pesquisadoras questionaram a professora quanto às estratégias que poderiam favorecer essa comunicação, porém a professora diz que desconhece o que poderia ser feito e diz que pesquisará alguma alternativa.

De acordo com a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015:

§ 1º Às instituições privadas, de qualquer nível e modalidade de ensino, aplica-se obrigatoriamente o disposto nos incisos I, II, III, V, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII e XVIII do **caput** deste artigo, sendo vedada a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza em suas mensalidades, anuidades e matrículas no cumprimento dessas determinações.

Apesar disso, na escola em que se deu o estudo de caso, a intérprete não possui vínculo empregatício com a instituição pelo fato de ser contratada pelos pais do aluno “AS”; pois a escola reserva-se o direito de não contratar intérpretes salvo no caso de atendimento aos filhos de funcionários e bolsistas.

A professora não tem reservas em falar sobre seu desconhecimento e mesmo desconforto de ter um aluno especial em sala, segundo a mesma ela acredita que as escolas especiais são os melhores lugares para crianças como o aluno “AS” e que por sua diferença o mesmo acaba atrapalhando as aulas. A professora faz questão de ressaltar que se não houvesse intérprete não saberia como se comunicar com o aluno e que faz questão de não adaptar as aulas para o aluno, pois segundo ela “se o aluno quer estar em uma escola com alunos ‘normais’ ele deve adaptar-se”. A professora ainda diz que o material didático da escola já vem com as atividades prontas, ela só explica como os alunos devem fazer e eles fazem. Dando prosseguimento ao que foi observado, no decorrer desta aula, com os alunos ainda sentados em grupos, as duas colegas que estavam junto ao aluno surda dizem que iriam se sentar em outro lugar pois “toda essa gesticulação” estava atrapalhando a concentração das mesmas na realização da atividade. Ressalta-se aqui a importância do profissional da educação buscar novos conhecimentos, pois de acordo com Souza (2008, p.42):

ser professor, hoje, significa não somente ensinar determinados conteúdos, mas sobretudo um ser educador comprometido com as transformações da sociedade, oportunizando aos alunos o exercício dos direitos básicos à cidadania.

Detecta-se então a extrema importância do profissional intérprete de LIBRAS em sala de aula, em específico neste caso, visto o descaso e despreparo da professora mesmo consciente da existência da Lei nº 10.436 de 2002. Nessa situação a intérprete coloca-se mais que mediadora, aparece como o foco principal de instrução do “AS”, pelo fato de auxiliar, constantemente, o aluno na resolução das atividades, fornecendo explicações, interagindo com ele e com os outros colegas, sempre na intenção de aproximar

o “AS” dos demais colegas, fatos esses, que também deveriam ser respaldados pela professora regente.

Durante os dias de observação, verificou-se que o “AS” apresentava expressão desoladora e quando questionado pelas pesquisadoras a intérprete, por meio dos sinais, pontuou que ele estava muito triste pelo fato da mãe querer realizar o implante coclear, mesmo sabendo que não resolveria pois os médicos já haviam comentado que no seu caso, o implante causaria sofrimento desnecessário para a criança, pelo fato de não ter, ainda, solução para a sua surdez.

Esse dia foi o último dia das pesquisadoras na instituição de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da pesquisa realizada pode-se detectar que o título deste trabalho “A inclusão que exclui” se faz verdadeira, os questionários e observações realizados confirmam que a inclusão ainda se dá somente de forma física, muitos dos profissionais se sentem incapazes de lecionar para alunos surdos e não têm interesse em aprender, delegando para outros profissionais e instituições o papel que também lhes cabe.

Mesmo que existam leis e orientações sobre inclusão e adaptação curricular, há dificuldade de efetivar o processo de ensino e aprendizagem do aluno surdo, ficando este a margem do descaso.

Porém, quando há efetiva comunicação e compreensão sobre a inclusão um trabalho conjunto, com esforços de ambas as partes (aluno/escola), quando o profissional preocupa-se com seus alunos, busca alternativas, novos saberes, o caminho da inclusão se torna mais ameno e sem tantos percalços.

Com isso conclui-se, reafirmando, a importância do professor como agente de inclusão, de atender as necessidades de seus alunos, pois leis e teorias já existem, falta à prática e isso só se dará quando houver mais preocupação com o outro, mais aceitação com aquele que é diferente e isso depende de mais instrução, empatia e amor.

Assim, também pode-se verificar que a falta de orientação pode acarretar o sofrimento e o tratamento indevido do “ser diferente”. O acompanhamento e comprometimento da família são essenciais nesse processo de aceitação e da luta para conquistar o espaço e respeito na sociedade.

REFERÊNCIAS

AMORA, Antonio Soares. **Minidicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Saraiva. 2009.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 abr. de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília 24 abr. de 2002.

BRASIL. Lei nº 12.319, de 1º de set de 2010. Regulamenta a profissão do Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS. **Diário Oficial**, Brasília, 1º de set de 2010.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 05 de out. de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 26 de set. de 2015.

BRASIL. Decreto nº 5296 de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as leis nº 10.048 de 08 de nov. de 2000, que dá prioridade de atendimento as pessoas que especifica e 10.098, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial**. Brasília, 02 de dez. de 2004.

BRASIL. Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS, e o artigo 18 da lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial**. Brasília, 22 de dez. de 2005.

BRASIL. Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. **Diário Oficial**. Brasília, 6 de jul. de 2015.

Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/Lei/L13146/htm>
Acesso em 10 de mai. de 2016.

FESTA, SANTOS, Priscila S.V., Luciane. **A relação do intérprete de Libras e o aluno surdo**: um estudo de caso. Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia das Faculdades Opet. N.5 , Curitiba, 2014. Faculdade Opet. ISSN 2175-1773
Disponível em: <http://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n7/ARTIGO-PRISCILA.pdf>. Acesso em 23 de abr. de 2016.

GESSER, Audrei. **LIBRAS? Que língua é essa**: crenças e preconceito em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GÓES, M.C.L. **Linguagem, surdez e educação**. Campinas: Autores Associados, 1996.

GÓES, Alexandre Morand. 2011. **Língua Brasileira de Sinais**: uma introdução. Disponível em:
<https://www.passeidireito.com/arquivo/2065658*surdez-e-linguagem/2 >
Acesso em 09 set. 2015.

KANO, Emy Cristhianeet e *al.* **Estudo comparativo da classificação de perda auditiva em idosos institucionalizados**. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-1846200900030015. Acesso em 09 de set. de 2015.

LACERDA, C. B. F. **O intérprete de língua de sinais no contexto de uma sala de aula de alunos ouvintes**. Problematizando a questão. In LACERDA, C. B. F.; GÓES, M.C. R. (Org.). **Surdez: processos educativos e subjetividade**. São Paulo: Lovise, 2000.

LACERDA, Cristina B. F.de. **Intérprete de Libras**: em atuação na educação infantil e ensino fundamental. Porto Alegre: Mediação, 2009.

PEREIRA, Lais de Toledo Kruchen. (2009). **Estudo de caso como procedimento de pesquisa científica**: reflexão a partir da clínica fonoaudiológica. Rio Grande do Sul:UFRG.

PFEIFER, Paula. **Novas Crônicas da Surdez**: epifanias do implante coclear
Rio de Janeiro:Ed. Plexus, 2015.

Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722009000300013. Acesso 09 de mai. de 2016.

RAMIREZ, Alejandro Rafael Garcia, MASUTTI, Mara Lúcia. **A educação de surdos em uma perspectiva bilíngue**: uma experiência de elaboração de softwares e suas implicações pedagógicas. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.

SACKS. Oliver. **Vendo Vozes**: uma viagem pelo mundo dos surdos. 1ª ed, São Paulo: Companhia de Bolso.2010.

SCHEMBERG, Simone. **LIBRAS 1: Língua brasileira de sinais1**. Curitiba: Editora Opet, 2011.

SOUSA, Maria Goreti da Silva. **A formação e suas contribuições para a profissionalização de professores dos anos iniciais do ensino fundamental de Teresina**: revelações a partir de histórias de vida, 2008.

Disponível em:
[http://www.jornaldaeducacao.inf.br/index.php?option=comcontent&task=view&id=1453#myGallery1-picture\(6\)](http://www.jornaldaeducacao.inf.br/index.php?option=comcontent&task=view&id=1453#myGallery1-picture(6)). Acesso 10 de mai. De 2016.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.

YIN, Roberto K. (2001). **Estudo de caso: planejamentos e métodos**. Porto Alegre: Editora Bookmam.